

## DA TEORIA À ANÁLISE POLÍTICA: GUERRA DO IRAQUE OU DO REORDENAMENTO UNIPOLAR?\*

Eugenio Diniz\*\*

É um equívoco recorrente considerar a chamada Guerra do Iraque (2003 em diante) como um fenômeno isolado, um acontecimento ordinário, ainda que muito importante. Para entendê-la e avaliar seu sucesso e possíveis desdobramentos, é necessário situá-la no quadro mais geral da política internacional contemporânea: uma boa *análise de conjuntura* internacional deve partir de uma *síntese da estrutura* da política internacional. Cabe salientar que, em janeiro de 2006, ainda não se pode dizer que se tenha encerrado o processo político desencadeado pela ação iniciada em março de 2003. É nesse sentido que a avaliação aqui feita é, nitidamente, preliminar. Essa análise será feita a partir do Realismo Ofensivo, ainda que ligeiramente modificado.<sup>1</sup>

Segundo essa abordagem, as características da política internacional num dado momento dependem fundamentalmente da balança de poder, isto é, da distribuição de recursos entre os principais atores de um dado sistema internacional. Esses recursos são entendidos fundamentalmente como capacidade bélica, em primeiro lugar, e econômica, em segundo lugar. Essa distribuição de poder é considerada dos pontos de vista global, ou sistêmico — que afeta de uma forma ou de outra todos os atores do sistema internacional — e regionais — que afetam basicamente os membros de regiões específicas, cujas dinâmicas, embora também repercutam sobre o sistema internacional, são por este mais afetadas do que o afetam.

As balanças de poder são classificadas em função da quantidade de atores principais, chamados pólos, num dado sistema ou região, pois é essa quantidade que estabelece a dinâmica política. Distinguem-se, no âmbito do Realismo Ofensivo, as seguintes configurações possíveis:

- *bipolaridade*: trata-se de uma balança de poder dominada por duas potências de poderio semelhante. Caracteriza-se, segundo o Realismo Ofensivo, por um grau relativamente baixo de tensão, em que o balanceamento entre as duas potências se dá de maneira razoavelmente imediata e eficiente, pois não há a tentação de transferir os riscos e custos (*buckpassing*) para um eventual outro membro de uma aliança (que ficaria então na posição de arcar com os principais

\* Este trabalho foi possível graças ao apoio do Programa de Infra-Estrutura para Jovens Pesquisadores (Edital nº 07/2003) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais-Fapemig ao Projeto de Pesquisa “Política de Defesa dos Estados Unidos e União Européia: Teste de um Modelo de Política Comparada”.

\*\* Eugenio Diniz é professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, membro do *International Institute for Strategic Studies* (IISS), Londres, e do Grupo de Estudos Estratégicos, Rio de Janeiro.

riscos e custos, ou seja, com a posição de *buck-catcher*). Nessa situação, uma potência contrabalançava a outra;

- *multipolaridade equilibrada*: trata-se de um sistema dominado por três ou mais potências em que o poder é distribuído de maneira semelhante entre elas, ou pelo menos entre as duas mais poderosas. Nesse caso, nenhuma delas está imediatamente em posição de tentar uma arrancada rumo à hegemonia regional, ou seja, não há um *hegêmona potencial*. Aqui a tensão é muito mais alta que numa balança de poder bipolar, uma vez que o balanceamento tende a ser ineficiente e demorado, pois há a desconfiança entre eventuais aliados de que seus respectivos parceiros possam tentar *buckpassing* na esperança de evitar o sofrimento e o desgaste envolvidos na tentativa de conter um agressor — e, às vezes, na expectativa de sair privilegiado na balança de poder regional. Naturalmente, essas desconfianças e tensões tendem a ser exploradas por um eventual agressor, e os demais membros do sistema sabem disso;
- *multipolaridade desequilibrada*: trata-se de um sistema dominado por três ou mais grandes potências, uma das quais é um *hegêmona potencial*. Nesse caso, a tensão é elevada ao máximo, pois a possibilidade de que aquele hegêmona potencial venha a tentar se transformar de fato no hegêmona regional é grande — e, como já vimos, o estímulo para tentá-lo é alto. Uma vez que existe o risco de uma potência vir a dominar todas as demais, estas têm um enorme incentivo para atuarem em conjunto; todas se sentem ameaçadas por aquela possibilidade. Em tese, isso deveria inibir o comportamento de *buckpassing*, haja vista que nenhum dos potenciais *buck-catchers* será capaz de breca sozinho o hegêmona potencial, e os custos de não contê-lo são potencialmente enormes. O problema, porém, é que *os custos de tentar conter o hegêmona potencial são pelo menos igualmente grandes*. Como todos sabem disso, existe a expectativa de que o contrabalanceamento não funcione, o que aumenta os incentivos à defecção. A isso se junta ainda a possibilidade de que o hegêmona potencial utilize sua quantidade superior de recursos para oferecer vantagens e garantias adicionais a um ou mais defensores, inviabilizando qualquer perspectiva de sucesso de uma aliança contrabalanceadora. Na multipolaridade desequilibrada, portanto, o balanceamento tende a ser enormemente ineficiente, muitas vezes só ocorrendo tardiamente — e provavelmente de maneira ineficaz —, *depois* que o hegêmona potencial tiver deslanchado sua investida rumo à hegemonia regional (Mearsheimer, 2001: 337-347).<sup>2</sup>

Até alguns anos atrás, essas distinções valiam para todas as situações históricas desde a consolidação do sistema de Estados nacionais com o Tratado de Vestfália, no século XVII. Entretanto, em 1991, o desaparecimento da União Soviética pôs termo à bipolaridade global vigente desde o final dos anos 1940. Isso gerou um debate acerca de uma configuração até então ausente teoricamente<sup>3</sup>, isto é, a *unipolaridade*:

- *unipolaridade*: situação em que uma única potência é tão superior a ponto de tornar impraticável a formação de uma coalizão que a contrabalançasse.<sup>4</sup> Situações de unipolaridade favoreceriam a *ausência de guerras e níveis*

*comparativamente baixos de competição por prestígio e segurança entre as maiores potências*, por duas razões: as vantagens da potência predominante removeriam o problema de disputa por hegemonia *da política mundial* e reduziriam a incisividade da política de balança de poder *global* entre os principais Estados. A consequência disso é que há um crescimento em importância relativa das balanças de poder regionais sobre a balança de poder global – intensificado, na atual unipolaridade, pelo fato de a potência dominante estar separada das demais por dois oceanos. Essa constatação levaria a supor uma intensa competição *regional* por prestígio e segurança entre as grandes potências *locais*. Porém, o fato é que a potência unipolar tem um interesse desproporcional na manutenção do *status quo* e, portanto, tende a despender intensos esforços para preservar a ordem vigente, tornando aquela competição regional latente, surda. As razões são imediatamente compreensíveis: caso aquela competição se torne aberta, um dos lados poderá sair vencedor, o que lhe abriria espaço para se tornar um possível competidor do único pólo, no limite, *transformando o sistema unipolar em bipolar* – obviamente um resultado desvantajoso para a potência unipolar. Essa possibilidade tende, então, a ser contra-arrestada pela constante ação intervencionista da potência unipolar. Ora, uma vez que ela se engaja e assume posições, normalmente haverá poucas dúvidas quanto ao resultado da disputa. Normalmente, resta aos contendores apenas se conformarem com uma ordem aceita pela potência unipolar.<sup>5</sup> Assim, a gestão *global* da balança de poder, na unipolaridade, tende a ser exercida pelo único pólo do sistema.<sup>6</sup>

As expectativas gerais, portanto, para o comportamento de um sistema internacional unipolar são (Diniz, 2003):

- uma intensa tendência ao intervencionismo do único pólo do sistema, gerando: maior adequação da ordem internacional aos interesses da potência unipolar; e uma tendência à baixa ocorrência de guerras entre potências regionais nas regiões de interesse da potência unipolar;
- caso a potência unipolar, apesar dos constrangimentos do sistema, não seja intervencionista, as consequências serão: a ocorrência de guerras entre potências (particularmente, potências regionais); e, eventualmente, o surgimento de uma ou mais potências candidatas a pólo, gerando guerras entre a (ainda) principal potência e uma ou mais potências regionais (“guerras hegemônicas”) e/ou uma transformação do sistema unipolar em bipolar ou multipolar.

Porém, existe o risco de que uma postura ativa, intervencionista, leve a um dispêndio excessivo de recursos por parte da potência unipolar – o que poderia levar à deterioração de sua posição e, no limite, à transformação do sistema, fazendo que ele deixe de ser unipolar. Evitar esse risco implicaria uma postura menos intervencionista da potência unipolar, que deixaria então a cargo das potências regionais a manutenção das balanças regionais e interviria apenas no caso em que a investida de uma potência esteja a ponto de transformar uma balança regional, sendo iminente o surgimento de um outro hegemona naquela região.

Entretanto, essa postura de balanceador externo tende a desconsiderar o risco de que a balança regional em questão se transforme antes que a potência unipolar possa intervir. Com efeito, uma intervenção militar em outro continente exige um esforço de muito maior vulto que o exigido no caso de uma ação intracontinental. Assim, nada impede que uma investida rumo à hegemonia por uma potência de outra região seja razoavelmente bem-sucedida antes que a potência unipolar – atuando como balanceador externo – possa efetivamente intervir a ponto de evitá-lo. Nesse caso, um competidor terá surgido, e a posição da potência unipolar se terá deteriorado dramaticamente e subitamente. Afinal, não se tratará mais apenas de impedir o surgimento de um competidor, mas sim de confrontar-se com ele, ou, alternativamente, aceitar o fim da unipolaridade e de suas vantagens. Evitar que isso ocorra exige, portanto, uma postura bem mais ativa da principal potência do sistema, levando-a a uma postura intensa e permanentemente intervencionista em outras regiões críticas, de modo a diminuir o risco de uma rápida transformação de suas balanças de poder – o que implicaria, por sua vez, um maior dispêndio de recursos e, conseqüentemente, um aumento do risco de superextensão (*overstretching*).

A potência unipolar confronta-se, portanto, com um claro dilema:

- diminuir os riscos de superextensão e paulatino enfraquecimento relativo implica aumentar os riscos de súbita transformação das balanças regionais e de deterioração igualmente súbita de sua posição de único pólo do sistema;
- diminuir os riscos de súbita transformação das balanças regionais e de deterioração igualmente súbita de sua posição de único pólo do sistema implica aumentar os riscos de superextensão e paulatino enfraquecimento relativo.

O enfrentamento desse dilema pela potência unipolar pode se dar de diversas maneiras que não são excludentes entre si, e, na verdade, se reforçam. Uma delas é hierarquizar as balanças regionais, identificando as que exigem maior intervencionismo e as que permitem uma observação à distância; outra é maximizar e ampliar suas vantagens econômicas, aumentando sua capacidade de atuação; e outra é distribuir para outros atores internacionais parte dos custos de sua atuação.

Levando em conta as balanças regionais, portanto, as *prioridades gerais* da potência unipolar seriam, pela ordem:

- impedir a transformação de multipolaridades desequilibradas em balanças de poder hegemônicas;
- impedir a transformação de multipolaridades equilibradas em desequilibradas;
- transformar multipolaridades desequilibradas em multipolaridades equilibradas;
- explorar, de fora, a competição regional em multipolaridades equilibradas e bipolaridades.

Em todos os casos, a prioridade relativa pode variar conforme a importância política de cada região para a potência unipolar e a quantidade de recursos disponíveis em cada região.

Outro elemento no enfrentamento daquele dilema seria a maximização da eficiência econômica, isto é, garantir que seus recursos sejam alocados de modo a diminuir os custos e maximizar os ganhos. Desse ponto de vista, o elemento central dessa política, no caso da potência unipolar, seria *acelerar a liberalização do comércio mundial*. Em função do tamanho da sua economia, de sua liderança tecnológica e de sua centralidade nas trocas internacionais, a potência unipolar tende a se beneficiar dessa liberalização mais que os demais atores. Independentemente de ela ser boa ou não para todos, ou para os países pobres, ou apenas para uma meia dúzia, o fato é que ela é *extremamente benéfica para a potência unipolar* e lhe daria maior fôlego para a manutenção de sua posição privilegiada.

Uma ressalva a ser feita quanto a isso, entretanto, é que alguns recursos, serviços e mercadorias são críticos, necessários demais. Nesses casos, *a garantia do acesso é mais importante do que sua obtenção a baixo custo*. Para esse tipo de recurso, a lógica política se impõe sobre a econômica, e ineficiências significativas, mais do que toleradas, são bem-vindas na medida em que diminuem os riscos de que o recurso venha a faltar em determinados momentos. Nesses casos, a potência unipolar tende a abrir exceções na orientação geral de liberalização comercial, de modo a produzir as ineficiências que geram as garantias de acesso.

Um terceiro elemento no enfrentamento daquele dilema é a *distribuição dos custos de monitoramento e verificação da conduta alheia*.<sup>7</sup> Desse ponto de vista, alguns organismos multilaterais podem ser de grande utilidade para a potência unipolar, na medida em que distribuem os custos do monitoramento de comportamentos e processos potencialmente desfavoráveis a ela – independentemente de o serem também para outrem. É razoável que a contribuição aportada pela potência unipolar a esses mecanismos seja muito superior à aportada por outros membros; mas isso lhe põe à disposição um reservatório de recursos humanos, organizacionais e políticos que lhe facilitam muito a vida.

Entretanto, essas instituições só interessam à potência unipolar na medida em que lhe tornem mais fácil o atendimento de suas necessidades de segurança, ainda que ao preço de uma ou outra concessão em questões menos críticas. Se, por outro lado, membros e/ou dirigentes dessas instituições desconhecem a realidade política subjacente – a unipolaridade do sistema – e esses mecanismos manifestam uma tendência de se tornarem obstáculos aos objetivos de segurança da potência unipolar, esta tenderá a se desinteressar desses organismos, depois a desconsiderá-los e, no limite, abandoná-los.

Nesse caso, caberia perguntar: qual é então o interesse dos demais países em participar desses organismos? A resposta é que a contribuição desproporcional da potência unipolar a esses mecanismos provê-lhes mais recursos do que estes a ela; em função do interesse da potência unipolar em assegurar a existência e o funcionamento da instituição, ela tende a produzir benefícios também para os demais membros – e não apenas a seus aliados mais próximos – e, em questões menos críticas ou vitais, fazer-lhes algumas concessões. Esses organismos se convertem, assim, em espaços de influência dos países menores sobre a principal potência do sistema.

Um último elemento seria o estabelecimento de relacionamentos especiais com determinados países, isto é, *aliados*. A decisão de entrar em uma aliança envolve

necessariamente pelo menos dois custos políticos significativos para cada ator: a redução da liberdade de ação e o engajamento na defesa do interesse alheio. É necessário um poderoso incentivo sistêmico para levar um ator a arcar com tais custos. Num sistema unipolar, os aliados são críticos para que a potência unipolar possa ter facilitado seu acesso às balanças de poder regionais, a recursos críticos e, eventualmente, à inteligência produzida por atores regionais relevantes. Por sua vez, estes se aliam à potência unipolar por alguma combinação dos seguintes motivos:

- a existência de uma ameaça regional significativa, que leve um ator a preferir a aliança com a potência unipolar extra-regional ao risco de ter sua autonomia cerceada ou eliminada por um ator regional poderoso;
- a possibilidade de explorar a potência unipolar, que tende a arcar desproporcionalmente com os custos de manutenção da segurança dos aliados<sup>8</sup>;
- o risco de que, se a potência unipolar estiver ausente de uma balança de poder regional, esta decaia numa espiral de competição por segurança e/ou liderança.<sup>9</sup>

Aqui também cabe a ressalva: o engajamento da potência unipolar com aliados regionais estará fortemente condicionado pela importância relativa, para ela, das balanças de poder regionais. Essa importância relativa, por sua vez, está condicionada por dois fatores: a possibilidade de surgimento de um competidor na balança de poder global; e o potencial impacto econômico de uma transformação de uma balança de poder regional.

Desse ponto de vista, quais seriam as principais preocupações do ponto de vista da potência unipolar de nossa época, os Estados Unidos da América (EUA)? Podemos identificar as seguintes:

- um ressurgimento da Rússia como ator assertivo na Europa ou na Ásia;
- uma China que se fortalecesse significativamente dos pontos de vista econômico e militar;
- uma Europa efetivamente unificada politicamente;
- o surgimento de um hegêmona no Oriente Médio – entendido aqui como a região delimitada pelo Egito a oeste, a Turquia ao norte, o Irã ao leste e pelo Mar Vermelho e pelo Golfo Pérsico.

As três primeiras hipóteses, porém, precisam ser bastante qualificadas.

Em primeiro lugar, mesmo se a Rússia viesse a superar suas enormes dificuldades internas, ela ainda se defrontaria com uma série de problemas. Por um lado, ela ainda enfrentaria, ao sul-sudeste, a competição com a China, e, a oeste, com uma Europa que, embora não esteja unificada politicamente, se caracteriza pela forte presença dos EUA, com forças desdobradas na região e com um conjunto de sólidos aliados; por outro lado, ela teria o problema de seu arsenal nuclear obsoleto e declinante. Esses pontos limitam fortemente a intensidade do potencial de ameaça aos EUA representada pela Rússia.

Por sua vez, a China enfrentaria os seguintes problemas. Para que ela pudesse alcançar os EUA em termos econômicos, seria necessário um longo tempo de

permanência das altas taxas de crescimento de sua economia, não só em termos absolutos, como também relativos. Do ponto de vista militar, ela enfrentaria a competição da Rússia ao norte e, ao mesmo tempo, da Índia ao sul, o que limitaria sua capacidade de concentrar esforços na competição com os EUA – isso sem contar a questão de Taiwan.

Já no que se refere à Europa, aparecem também alguns problemas. Sua efetiva unidade política, se já parecia distante algum tempo atrás, parece ter sido praticamente descartada com a rejeição, em 2003, de uma Constituição; com a elaboração de uma nova versão dessa Constituição, em 2004, que praticamente impedia uma atuação política internacional europeia unificada, que era o desejo principalmente da França e Alemanha; e, com a rejeição dessa nova versão em referendos, particularmente na França. Além disso, como já mencionado, boa parte dos países da Europa praticamente depende, em termos de capacidade bélica, de sua aliança com os EUA no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). A presença estadunidense na Europa é um forte limitador da competição desta última com os EUA.<sup>10</sup>

Sobra, portanto, o Oriente Médio. Considere-se a situação nessa região tal como se encontrava nos primeiros meses de 2001. Essa já era então uma região crítica para os EUA. Embora não houvesse ali um potencial competidor sistêmico imediatamente perceptível, ela era crucial do ponto de vista de seu impacto num recurso crítico: energia, no caso, petróleo. Uma vez que a dinâmica política regional se caracterizava pela presença de vários atores significativos, com destaque para dois que já haviam guerreado entre si anteriormente – o Irã e o Iraque –, e que já houvera uma tentativa iraquiana, em 1990, de controlar politicamente o Kuwait, havia o real risco de que uma potência regional, caso viesse a ter uma influência desproporcional sobre a oferta de petróleo, pudesse efetivamente desestabilizar significativamente o preço dessa *commodity*, produzindo um sério impacto na economia mundial e na estadunidense em particular. Desse ponto de vista, tudo somado, a balança de poder no Oriente Médio seria, em 2001, a que mais riscos trazia aos EUA, exigindo um tipo diferenciado de engajamento, se comparado ao que existia então.

Nada disso, entretanto, ocupava então o topo da agenda política dos EUA. Sua distância com relação aos demais atores internacionais, em termos de recursos econômicos e bélicos, era de tal ordem que lhes parecia ter uma tranquilidade considerável, que era necessário apenas assegurar e fortalecer. Não por acaso, em termos de segurança e defesa, o principal tema da agenda era o Sistema de Defesa Antimísseis, ou *National Missile Defense* (NMD), uma espécie de escudo de proteção contra eventuais (poucos) mísseis que pudessem vir a ser lançados contra seu território. A ausência de uma intensa competição política, associada a uma espécie de ressaca da Guerra Fria, parecia estar tornando os EUA um tanto distantes desses assuntos. Não que eles estivessem totalmente fora de cogitação, pelo contrário. Vários sinais de modificação de sua postura internacional já se faziam presentes, mas, como dito, não ocupavam o topo da agenda política.

É aqui que entram os atentados de 11 de setembro de 2001. A partir daí, tomou-se consciência, nos EUA, de uma vulnerabilidade que, até então, só era identificada em alguns círculos acadêmicos e no interior de algumas burocracias especificamente voltadas para questões de segurança e defesa. Entretanto, o maior impacto dos

acontecimentos daquele dia não decorreu daquilo que efetivamente aconteceu, mas sim do que poderia ter acontecido: atentados nos EUA envolvendo armas químicas, biológicas ou nucleares, chamadas de armas de destruição em massa (ADMs).

Os atentados de 11 de setembro catapultaram as questões de segurança para o topo da agenda política estadunidense. Após um breve período de assimilação e após o enfrentamento imediato e derrubada do Talibã no Afeganistão, ocorre a fusão das duas agendas<sup>11</sup>: a mais imediata, relacionada ao enfrentamento da ameaça de atentados terroristas, principalmente o risco das ADMs; e a sistêmica, de longo prazo, voltada para a preservação da posição política privilegiada dos EUA, isto é, a agenda da política de poder. Esse casamento aparece primeiro no famoso discurso do “eixo do mal”, proferido pelo Presidente George W. Bush, e, posteriormente, no documento *National Security Strategy*, ambos de 2002.<sup>12</sup> No primeiro, associam-se as questões dos Estados que estariam perseguindo programas de armas de destruição em massa e dos grupos terroristas com capacidade de atuação internacional; no segundo, estabelece-se que a principal preocupação dos EUA é a preservação do seu *status* de supremacia militar e da ação preemptiva (ou preventiva)<sup>13</sup> contra Estados que estariam apoiando grupos terroristas ou estariam desenvolvendo armas de destruição em massa.

Aqui é necessário deter-se em um ponto sobre o qual há enorme controvérsia e confusão. A constatação de que o Iraque não produziu agentes químicos e bacteriológicos após 1991 gerou a percepção de que os países membros da Coalizão, principalmente os EUA e o Reino Unido, inventaram uma falsa ameaça de armas de destruição em massa do Iraque para viabilizarem a guerra, ou de que essa não é uma preocupação verdadeira, real, premente. Esse entendimento ignora alguns pontos importantíssimos e, se persistir, poderá levar a decisões profundamente equivocadas, decorrentes dessa interpretação.

O primeiro ponto é que o mesmo relatório que afirmou que não foram encontradas armas de destruição em massa no Iraque constatou que ele poderia produzir grandes quantidades de agente mostarda em prazo de três a seis meses, sendo ainda capaz de produzir munição baseada nesse agente quando a necessidade aparecesse.<sup>14</sup> Em nenhum momento, a Comissão das Nações Unidas para Monitoramento, Verificação e Inspeção (UNMOVIC) pôde constatar nada disso, e parte substancial da infra-estrutura que o permitiria não foi detectada pela UNMOVIC. Foi necessária a guerra para que se pudesse saber efetivamente qual o *status* do Iraque quanto a armas químicas, biológicas e nucleares e, principalmente, quanto à extensão e capacidade de seus programas.

O segundo ponto a salientar é que, pelo menos até setembro de 2002, as avaliações a respeito dos programas iraquianos tendiam a convergir, inclusive as de países que resistiram à guerra.<sup>15</sup> Em rigor, a única discordância entre os serviços de inteligência dos EUA e Reino Unido, de um lado, e da França, de outro, no que concernia aos programas iraquianos era referente à capacidade de reconstituição do programa de armas nucleares do Iraque, particularmente caso este viesse a obter material físsil em quantidade suficiente. No que se referia a armas químicas e bacteriológicas, a França também considerava que o Iraque vinha tentando reconstruir seus estoques desde a saída dos inspetores, em 1998. A diferença entre os países residia em *como lidar com a situação* e, particularmente, na avaliação da capacidade de os inspetores da Organização das Nações Unidas (ONU) identificarem as irregularidades. Foi por também considerar que o Iraque vinha procurando obter ADMs que a França aprovou a Resolução 1.441.

Além disso, antes da guerra, a avaliação de que o Iraque estaria reconstituindo seus estoques foi reiterada em estudos independentes. A avaliação do *International Institute for Strategic Studies* (IISS), de Londres, realizado por uma equipe considerável, que incluiu ex-inspetores, inclusive o falecido David Kelly, fora na mesma direção daquela dos serviços de inteligência, incluindo a avaliação de que o Iraque poderia, em questão de meses, reconstruir seu programa de armas nucleares se viesse a obter material físsil. O mesmo vale para a avaliação do *Carnegie Endowment for International Peace*, uma organização que foi contrária à guerra e que, entre seus membros, conta com vários críticos do Presidente George W. Bush. Antes da guerra, a opinião de inúmeros inspetores e ex-inspetores ia na mesma direção. Vários deram depoimentos públicos em que afirmavam sua avaliação. Além disso, salientavam a dificuldade de obtenção de informações por parte dos inspetores da ONU, seja da UNSCOM, seja da UNMOVIC, dada a relutância dos iraquianos em cooperar e dada sua capacidade de acobertamento.<sup>16</sup> Concordavam ainda que os programas não tinham como ser muito grandes e que provavelmente a quantidade de armas de destruição em massa à disposição do regime do então presidente Saddam Hussein também seria pequena.<sup>17</sup>

Houve um dentre os antigos inspetores que emitiu uma nota dissonante. Trata-se de Scott Ritter, que, antes da guerra, afirmara:

*“Por volta de 1998, podia-se afirmar com segurança que o Iraque fora desarmado até o ponto em que ele não representavam mais uma ameaça no que se referia a seus recursos de ADMs e, dada a alta qualidade das inspeções de monitoramento e verificação então em curso, qualquer tentativa do Iraque de reconstruir seus programas de ADM não passaria despercebida.*

Entretanto, cabe perguntar: por que o Iraque, e não o Irã ou a Coréia do Norte, países também citados no discurso do “eixo do mal”? É aqui que se manifesta o casamento das agendas imediata e de longo prazo mencionadas anteriormente: a balança de poder no Oriente Médio é prioritária para os interesses estadunidenses e se tornou ainda mais premente depois dos atentados de 2001; o Iraque estava nessa situação após doze anos de sanções, ao passo que Irã e Coréia do Norte eram problemas bem mais recentes e poderiam, pelo menos naquela conjuntura, ser tratados de outra forma; e, talvez como fator mais importante, a posição geográfica do Iraque é nitidamente superior do ponto de vista da política dos EUA para o Oriente Médio.

O Oriente Médio é hoje uma das áreas mais críticas para os EUA, em função:

- de sua importância central para um recurso crítico – petróleo;
- da intensa competição regional;
- do potencial de proliferação de armas de destruição em massa e de veículos lançadores de grande alcance (basicamente mísseis);
- da presença de grupos não-estatais com capacidade de emprego da força em escala internacional, ou contra aliados vitais dos EUA;
- e do potencial de convergência entre vários desses fatores.

Não por acaso, dos três países citados no “discurso do eixo do mal”, dois são do Oriente Médio; dos grupos listados no documento, todos os três são da região. Tudo

somado, chega a ser surpreendente que um outro país da região, que não é signatário da Convenção de Armas Químicas e que é tido pelos EUA como guardião àqueles grupos, não tenha sido mencionado no discurso, isto é, a Síria. O outro país citado – a Coreia do Norte –, conquanto potencialmente ameaçador, não reúne o mesmo conjunto de elementos que se concentra no Oriente Médio.

É importante deixar claro que, no que se refere ao petróleo do Oriente Médio, a questão não é o *controle dos poços de petróleo iraquianos*, mas sim *impedir que algum país da região tenha o controle dos preços internacionais graças à ocupação de poços dos vizinhos ou a um agigantamento de sua capacidade de influência sobre os demais produtores*. Mas essa possibilidade suporia a alteração na balança de poder regional; evitar esse tipo de alteração na balança de poder do Oriente Médio já é atender a esse objetivo. Dito de outro modo: *o petróleo aumenta dramaticamente a importância da balança de poder no Oriente Médio*. Mas a questão, então, volta a ser a balança de poder no Oriente Médio, e não o petróleo iraquiano em si mesmo, caso contrário, o curso de ação mais óbvio seria, simplesmente, *suspender as sanções então vigentes sobre o Iraque*.<sup>18</sup> Este simplesmente não poderia dispensar o concurso do capital e tecnologia dos Estados Unidos; mesmo que pudesse, a negociação do levantamento das sanções certamente incluiria esse ponto.<sup>19</sup>

Além disso, é público e notório que o Oriente Médio é uma região extremamente instável do ponto de vista político, e o papel do Iraque era destacado nessa instabilidade. O Iraque travou uma guerra com o Irã por nove anos e, pouco tempo depois, invadiu o Kuwait, havendo na época indícios também de que poderia dirigir-se para a Arábia Saudita – o que o tornaria o “senhor do petróleo” na região. Alterar a balança de poder no Oriente Médio, diminuindo os fatores de instabilidade na região, seria então um objetivo crítico dos Estados Unidos.

Havia ainda a intensa preocupação internacional, e estaduniense em particular, com relação ao risco de proliferação de ADMs na região em função dos recentemente revelados programas do Iraque, do Irã e da Síria, além da reconhecida capacidade nuclear de Israel. Esse risco era composto pelos programas de ampliação do alcance de mísseis. Havia uma intenção clara dos Estados Unidos de passar a mensagem de que não se admitiria mais tergiversação a esse respeito. Particularmente, o fato de que o Iraque vinha evadindo doze anos de esforços internacionais nesse campo era instrumental na transmissão dessa mensagem.

O panorama político da região era composto ainda pela presença de grupos terroristas com capacidade de atingir os Estados Unidos ou seus aliados na região ou fora dela, com o apoio, conivência ou tolerância de países do Oriente Médio. Além da Al Qaeda, particularmente na Arábia Saudita, destacava-se a preocupação com o Hamas, o Jihad Islâmico e o Hizbollah. Embora não haja evidências sólidas a respeito de uma colaboração ativa entre o ex-presidente Hussein e a Al-Qaeda, o apoio do Iraque aos terroristas suicidas palestinos era conhecido e alardeado pela imprensa iraquiana, controlada pelo governo. Os Estados Unidos sustentam que o Irã apóia o Hizbollah, em conjunto com a Síria; esta, por sua vez, teria também, na percepção estaduniense, sólidos laços com o Hamas e o Jihad Islâmico. Desde setembro de 2001, é um dos pontos mais consistentes da administração Bush a mensagem de que o patrocínio, apoio ou conivência com grupos e atos terroristas não serão tolerados.

O fato de que vários desses processos, ou todos eles, pudessem convergir compunha a centralidade do Oriente Médio na política dos Estados Unidos.

A posição do Iraque é nitidamente privilegiada na consecução desses objetivos. Ao contrário da Arábia Saudita e do Qatar, o Iraque possui extensa fronteira com o Irã e a Síria, além da própria Arábia Saudita. Uma presença militar estaduniense maciça no Iraque criaria uma enorme capacidade de pressão sobre esses países tanto no que se refere à questão da proliferação de ADMs e mísseis quanto no que se refere ao terrorismo. Particularmente no atinente à Arábia Saudita, uma presença militar maciça dos Estados Unidos no Iraque permitiria continuar pressionando-a no enfrentamento da Al-Qaeda em seu território e evitar a escalada de uma fonte de insatisfação da população do Reino com relação à família real, que era exatamente a presença de grandes contingentes militares estadunidenses.

Por fim, o fato de que o Iraque vinha sofrendo e evadindo sanções da ONU havia doze anos deveria tornar, aos olhos do governo estaduniense, muito mais fácil angariar apoio à iniciativa, particularmente dentro do Conselho de Segurança da ONU. A busca desse apoio se deu não em função de qualquer amor do governo dos Estados Unidos a organismos multilaterais em geral, ou à ONU em particular. Devia-se ao fato de que esse apoio distribuiria os custos da ação (mais os políticos que os financeiros) e reforçaria a mensagem que os Estados Unidos queriam passar. É interessante notar que, mesmo após não terem obtido apoio do Conselho de Segurança, os Estados Unidos insistiram na formação de uma coalizão que, com a exceção dos britânicos, contribuiu com muito poucas forças e recursos; e que, desde o primeiro momento, tenham sucessivas vezes voltado à ONU para dar seqüência ao processo político e buscar o envio por outros países de forças para o Iraque – ponto em que não houve sucesso.

Isso é relevante porque o uso recorrente do termo “unilateral” tende a obscurecer dois pontos importantes. O primeiro é que, de fato, os Estados Unidos ainda têm, sim, interesse na ONU, não por qualquer motivo altruísta, mas porque ela pode lhes ser útil na consecução de seus interesses de segurança. Como já ressaltado anteriormente, se a ONU ou outros organismos forem percebidos pelos Estados Unidos sistematicamente como entraves a esses interesses, seu governo tenderá a se distanciar deles, o que diminuirá a capacidade de se conter os Estados Unidos em questões menos vitais. Porém, se acreditarem efetivamente que os Estados Unidos já se desinteressaram da ONU, outros países poderão estar desperdiçando boas oportunidades de, como já dito, influenciarem o comportamento estaduniense.

O outro ponto que tende a ser obscurecido pelo uso recorrente do termo “unilateral” é que a coalizão que derrubou o ex-presidente Saddam Hussein contava com 49 países, dos quais 34 chegaram a enviar forças para a região; entre esses últimos, 20 eram europeus.<sup>20</sup>

À luz dessas considerações, como avaliar o que ocorreu desde o início da invasão do Iraque, em 19 de março de 2003, até as eleições de dezembro de 2005?

Parece haver aqui um problema de foco. Os inúmeros problemas diariamente relatados, no que se refere seja à violência em partes do Iraque, seja à má vontade com os Estados Unidos em vários governos e segmentos da opinião pública mundial, seja ao comportamento de soldados da coalizão em prisões, seja às dificuldades da reconstrução econômica e social do Iraque, seja à falta de comprovação das alegações de uma retomada da produção de armas químicas e biológicas pelo Iraque, tendem a

obscurer a percepção da evolução do processo. Ao derrubarem em menos de um mês o regime do ex-presidente Saddam Hussein, ao viabilizarem a formação de um novo governo no país, muito mais próximo de seus interesses do que se poderia esperar antes, ao disporem de uma presença militar maciça no país, com fronteira com a Síria, o Irã e a Arábia Saudita, ao eliminarem, pelo menos para o médio prazo, a possibilidade de que algum ator regional controle efetivamente o fluxo de petróleo da região, os Estados Unidos reconfiguraram toda a política do Oriente Médio, suprimindo, para um horizonte de tempo considerável, um dos principais fatores de instabilidade da região, estando muito mais bem posicionados que antes para influir decisivamente na política regional. Os Estados Unidos são, hoje, o principal ator político do Oriente Médio.

Além disso, os Estados Unidos, junto com seus parceiros, passaram claramente a mensagem de que, se identificarem em determinado país sinais de apoio a grupos terroristas e de programas de obtenção de armas de destruição em massa, sua insatisfação poderá ser levada até as últimas conseqüências, nem que, para isso, tenha de arcar com custos consideráveis em termos de vidas e de prestígio político. As dificuldades encontradas na ocupação não vão mascarar fato que, para muitos governos, é o mais relevante: o regime do ex-presidente Saddam Hussein foi derrubado em menos de um mês, seus filhos morreram, ele está preso e a grande maioria de seus auxiliares também. De uma maneira um tanto paradoxal, as dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos e demais membros da coalizão podem até mesmo ter reforçado a mensagem: se a guerra tivesse sido apoiada por França, Alemanha, Rússia e China, e/ou se o processo político posterior à queda do ex-presidente Saddam Hussein tivesse sido tranqüilo, poderia haver algum traço de esperança para potenciais adversários, esperança de que os Estados Unidos jamais se atreveriam a agir contra a oposição, se não de membros permanentes do Conselho de Segurança, pelo menos contra a oposição de seus aliados da OTAN; ou então de que, diante de uma ocupação problemática, os Estados Unidos e seus aliados desistiriam.

Cumprido o objetivo de derrubar o ex-presidente Saddam Hussein e inaugurar um novo processo político no Iraque – o que se denominara, antes da guerra, de “mudança de regime”, ao enfraquecer a capacidade bélica do Iraque, ao estabelecer a real situação do Iraque quanto a armas químicas, biológicas e nucleares, ao desmantelar o que sobrara dos programas de armas de destruição em massa no país, os Estados Unidos e seus aliados eliminaram um dos principais fatores de instabilidade no Oriente Médio e deram início a um processo de completa redefinição da dinâmica política regional.

Em primeiro lugar, há a situação da Líbia, um país que por mais de vinte anos esteve submetido a sanções internacionais por causa de suas ligações com grupos terroristas e que, recentemente, sofreu uma enorme reviravolta política, abrindo mão de programas de armas de destruição em massa, inclusive nucleares, até então largamente ignorados. Após esse processo, a Líbia – um país produtor de petróleo – vem sendo reintegrada politicamente, inclusive com o anúncio de restabelecimento formal de laços diplomáticos com os Estados Unidos. Essa reviravolta política da Líbia permitiu a identificação e desbaratamento da rede clandestina de proliferação nuclear centrada no Paquistão, o que talvez seja um dos resultados mais espetaculares, do ponto de vista dos Estados Unidos, de todo o processo envolvendo o Iraque. Incidentalmente, o caso da Líbia revela de maneira ofuscante o quanto são falhos os

atuais mecanismos de controle dos organismos internacionais, notadamente da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Em segundo lugar, há o impacto no relacionamento entre Israel e a Autoridade Palestina. A neutralização da ameaça iraquiana diminuiu substancialmente o problema da Frente Oriental israelense. Essa tranqüilidade estratégica israelense substancialmente maior, conjugada com o nítido enfraquecimento dos grupos terroristas palestinos promovido pelo governo israelense desde 2001, com o término da construção da barreira de segurança em torno da Faixa de Gaza, também em 2001, e com o início da construção da barreira de segurança em torno da Cisjordânia, gerou as condições políticas para a decisão de retirada israelense da Faixa de Gaza e, posteriormente à morte do Presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, trouxe à baila a consideração de possíveis outros movimentos que poderiam levar à criação de um Estado Palestino, com Israel na melhor situação estratégica pelo menos desde o fim da guerra entre o Irã e o Iraque.<sup>21</sup> Trata-se de um resultado político bastante favorável para os Estados Unidos.

Em terceiro lugar, governos cujo empenho no combate a grupos terroristas era questionável se viram forçados a uma atuação mais decisiva. O caso mais nítido é a família real da Arábia Saudita, cuja posição política foi favorecida pela possibilidade de retirada das forças estadunidenses que faziam a proteção de seu território contra a ameaça iraquiana. A presença daquelas forças era motivo de grande insatisfação no Reino e parecia em larga medida responsável pela popularidade da Al-Qaeda no país. O fim da ameaça iraquiana tornou-a desnecessária. Ao mesmo tempo, a manifestação do empenho dos Estados Unidos parece ter tornado o risco de não combater a Al-Qaeda maior que o risco de combatê-la. Esse resultado também é bastante favorável aos Estados Unidos.

Em quarto lugar, a Síria e o Irã estão sob intensa pressão. A manutenção da Força Multinacional no Iraque sob condições amplamente percebidas como adversas e o seu empenho na redefinição do processo político iraquiano parecem ter encorajado a oposição libanesa a enfrentar a Síria. Embora o processo esteja longe de concluído – e provavelmente enfrentará muitas perturbações, inclusive ações violentas por parte de atores na tentativa de preservar ou aumentar seu cacife político, ou talvez de descarrilhar todo o processo –, o mero fato de que as forças sírias tenham deixado o Líbano já demonstra a intensidade da redefinição política ora em curso no Oriente Médio. Uma eventual, embora improvável, redefinição do papel do Hizbollah implicaria um outro golpe na capacidade política da Síria – no caso, também do Irã.

O relacionamento com o Irã deteriorou-se desde o começo de 2004 em função de dois acontecimentos: a efetiva inviabilização do grupo político reformista no país graças à ação do Aiatolá Ali Khamenei e do Conselho de Guardiães da Revolução, particularmente quanto à eleição para o Majlis (o Legislativo iraniano); e a aparentemente pouca influência iraniana no processo político em curso no Iraque. O sinal mais visível dessa deterioração foi o recrudescimento do relacionamento entre o Irã e a AIEA, mas alguns outros movimentos de menor porte apontam também para essa deterioração. É nítida a intensificação das tensões que imediatamente se seguiram às eleições iraquianas, em 31 de janeiro de 2005. A questão é que o Irã vem progressivamente se configurando como o único ator regional problemático do ponto de vista dos Estados Unidos. Com a contenção da ameaça do Iraque, com a segurança de Israel progressivamente

aumentando, com a Síria perdendo rapidamente grande parte de seus trunfos políticos, com a família real saudita combatendo a Al-Qaeda, pode-se dizer que, no Oriente Médio, só o Irã ainda não se conformou a essa nova ordem política para o Oriente Médio.

Note-se que também a posição do Irã não é boa no momento. Há presença de tropas estadunidenses tanto a leste, no Afeganistão, quanto a sudoeste, no Iraque. A retirada síria do Líbano implica maior dificuldade para o Hizbollah. A pressão que o Irã vem sofrendo não se resume aos Estados Unidos e aos membros da coalizão que atuou no Iraque, mas inclui a França e a Alemanha, que se opuseram a essa intervenção. Nesse momento, os indícios parecem apontar na direção de que o Irã terá, ao final do processo, menos capacidade de atuar politicamente no Oriente Médio do que tinha antes da guerra – a não ser que o Irã venha a ter acesso à plena capacidade bélica nuclear.<sup>22</sup>

Não por acaso, o regime iraniano parece estar jogando agora tudo para obter esse trunfo: a possibilidade de um programa nuclear. Paradoxalmente, o processo político em torno do programa nuclear iraniano aponta ainda para dois outros sucessos políticos estadunienses. O primeiro é que, rigorosamente, até agora, o Irã não descumpriu as obrigações internacionais de que é parte. As pressões políticas a que o Irã vem sendo submetido em razão de suas atividades nucleares são muito mais consistentes com a nova postura diante dos mecanismos internacionais de não-proliferação de ADMs, anunciada pelo Presidente George W. Bush em 2004.<sup>23</sup> O segundo é que, desde as declarações anti-israelenses do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad e da constatação do impasse nas negociações entre o Irã e Alemanha, França e Reino Unido, boa parte do debate político vem se dando em torno da avaliação da existência e identificação de opções militares disponíveis, ou seja, discute-se intensamente se uma ação preventiva (ou preemptiva) é uma alternativa viável ou não, contraproducente ou não, no caso em questão. Desses dois pontos de vista, a maneira como vêm sendo conduzidos debates e negociações é também um sucesso do Presidente George W. Bush – embora não se possa dizer o mesmo, pelos menos por enquanto, do resultado das negociações e debates.

Nada disso pode ser tido como consolidado. Não há garantias de que o processo político iraquiano não vá sofrer um revés significativo. Não é impossível que haja uma guerra de milícias ou facções no Líbano – o que poderia criar um espaço para a volta da Síria. Até o presente momento, a Autoridade Palestina não reorganizou seus serviços de segurança e não atuou efetivamente contra os grupos terroristas; o processo de criação de um Estado Palestino ainda pode ser interrompido, caso a segurança de Israel esteja ameaçada. A família real saudita ainda se encontra longe de uma posição sólida. Porém, tal como as coisas vêm caminhando até agora no Oriente Médio, os Estados Unidos estão muito próximos de um significativo sucesso político.

Ampliando o foco, observam-se outros fenômenos políticos de grande porte, também favoráveis aos Estados Unidos.

Antes de mais nada, o topo da agenda política internacional hoje é ocupado por questões relacionadas à não-proliferação nuclear, o que não era o caso, a não ser para os Estados Unidos, nem mesmo após os atentados de 11 de setembro de 2001. Estes haviam trazido grupos terroristas para o topo da agenda, mas a questão das armas de destruição em massa não estava, até antes da Guerra do Iraque, no mesmo patamar de preocupação. Não é mais o caso.

Além disso, no âmbito da ONU, a demonstração de força política vem obrigando a organização a pensar formas de continuar a ser atraente para os Estados Unidos, principalmente após a reeleição do Presidente Bush. Tanto o relatório do grupo indicado pelo Secretário-Geral Kofi Annan, apresentado em dezembro de 2004 (United Nations, 2004), quanto o relatório do próprio Secretário-Geral, apresentado em 21 de março de 2005 (Annan, 2005), apontam para o reconhecimento dos interesses estadunienses, especialmente no que se refere à necessidade de atuação preventiva (ou preemptiva). Trata-se de um desdobramento político favorável aos Estados Unidos.

Um desdobramento muito relevante, porém, parece ter passado despercebido. Praticamente coincidindo com a captura do ex-presidente Saddam Hussein, houve o fracasso da reunião da União Européia envolvendo as discussões de uma primeira proposta para sua Constituição.<sup>24</sup> O pomo da discórdia foi a repartição dos votos entre os países. O colapso se deu exatamente em função da tentativa de França e Alemanha de reduzir a influência dos países menores nas decisões da União Européia, no que sofreram a resistência de Espanha e Polônia, apoiadas ainda pelo Reino Unido. Ou seja: os três países europeus que mais intensamente se engajaram ao lado dos Estados Unidos no caso do Iraque, contra os dois países europeus que mais intensamente resistiram aos Estados Unidos no mesmo caso.

Quem por acaso observar um mapa da Europa destacando os países europeus que se opuseram à guerra no Iraque, os países que não se opuseram e não enviaram tropas e os que enviaram tropas ao Iraque observará o seguinte: toda a Europa Central – e particularmente os países que desde 1989 vêm se libertando da dominação ou influência soviética ou russa –, imprensada entre França e Alemanha, de um lado, e a Rússia, de outro; e França e Alemanha, imprensadas entre Portugal, Espanha e Reino Unido, de um lado, e a Europa Central, de outro. Para os países da Europa Central, o pior que poderia acontecer seria um retraimento dos Estados Unidos com relação à OTAN, pois isso os deixaria à mercê do apetite político de França e Alemanha (no caso da União Européia) e Rússia (que também aumentaria sua influência em questões de segurança e defesa da União Européia). Ao tentarem ser um obstáculo para os Estados Unidos, França e Alemanha empurraram aqueles países para os braços estadunienses, e estes para aqueles.

Embora a posição da Espanha se tenha modificado após a mudança de governo de março de 2004, a situação geral não se alterou, de tal modo que, em 2004, foi acordado um texto para a Constituição Européia<sup>25</sup> que, de fato, limitaria a capacidade de atuação política unificada da União Européia, dando muito maior capacidade de resistência e de autonomia ao Reino Unido, Dinamarca, Itália e também aos países anteriormente sob a influência política da União Soviética.

O quadro no final de 2005 era, portanto:

- um significativo revés de França e Alemanha no seu grande projeto político, que era uma União Européia com grande capacidade de atuação política concertada sob liderança de ambas;
- uma exacerbação da resistência na Europa ao apetite político de França e Alemanha – para tanto, exigindo uma maior aproximação com os Estados Unidos por parte dos resistentes e um maior distanciamento com relação a

França e Alemanha, o que significa, portanto, um enfraquecimento da coesão da União Européia;

- a resistência de França e Alemanha na questão do Iraque deu aos Estados Unidos fortes incentivos para uma maior aproximação junto aos países europeus que resistiam à liderança política de França e Alemanha, sedimentando e consolidando, assim, o enfraquecimento da coesão política da União Européia;
- desse modo, os que gostariam que uma União Européia com atuação política internacional concertada servisse de contrapeso político aos Estados Unidos viram esse sonho adiado indefinidamente.

Evidentemente, a rejeição do tratado constitucional nos referendos da França e da Alemanha reduziram ainda mais, e talvez definitivamente, a capacidade de atuação política concertada da União Européia na política internacional. Esse resultado inesperado e em larga medida despercebido talvez seja o de maior consequência, no longo prazo, para a política internacional não tanto pelo que produziu, mas pelo que impediu que se produzisse.<sup>26</sup>

Do ponto de vista da estrutura política do sistema internacional, o resultado agregado é, por conseguinte, que os Estados Unidos, ao contrário do que pareceria à primeira vista, aparentam ter saído muito mais fortalecidos do que entraram. Por esse prisma, a avaliação acima corrobora uma das expectativas identificadas anteriormente para a dinâmica do sistema unipolar, no caso de ativismo do único pólo do sistema, ou seja, a maior adequação da ordem internacional aos interesses da potência unipolar. Assim, à luz de tudo o que foi dito e com o benefício da retrospectiva, talvez o processo político iniciado em 19 de março de 2003 deva ser propriamente considerado, para dar um nome pomposo, a Primeira Guerra do Reordenamento Unipolar, isto é, da adequação da política internacional aos objetivos político-estratégicos dos Estados Unidos. Ao dizer “Primeira”, não se trata de afirmar que necessariamente haverá outras, mas sim de afirmar que é possível que outras ocorram. Naturalmente, outras abordagens que não a do Realismo Ofensivo (modificado) talvez produzissem análises diferentes do fenômeno em questão.

## Notas

<sup>1</sup> O texto aqui apresentado é fortemente dependente de Diniz (2004), em que são confrontadas algumas limitações da versão original do Realismo Ofensivo, tal como proposto por Mearsheimer (2001). Particularmente, exploram-se ali: (i) o contraste entre os conceitos de hegemonia (segundo Mearsheimer, 2001) e de unipolaridade (segundo Wohlforth, 1999, e Wohlforth, 2002); (ii) a insuficiente exploração das demandas derivadas daquilo que Mearsheimer chama de “poder latente”, ou seja, “os ingredientes socioeconômicos necessários à construção do poder militar” (Mearsheimer, 2001: 55), particularmente no que se refere a relacionamentos multilaterais; e (iii) o impacto dessas considerações na dinâmica política de um sistema unipolar, particularmente para a potência unipolar. Desse ponto de vista, é que me refiro a um Realismo Ofensivo modificado. Alguns pontos são retomados aqui, mas a exposição e a demonstração geral do argumento não serão repetidas.

<sup>2</sup> Mearsheimer menciona ainda a hipótese da *bipolaridade desequilibrada*, que, no entanto, descarta por ser um conceito inútil. Afinal, caso um sistema fosse dominado por duas potências, sendo uma delas marcadamente superior à outra, a mais forte poderia rapidamente sobrepujar a mais fraca, que não teria a quem recorrer. O sistema se transformaria então em hegemônico (Mearsheimer, 2001: 337).

- <sup>3</sup> Na verdade, havia uma discussão acerca dos “impérios” ou “paz imperial”, como em Aron (1962: 157-161, 724-750), mas com características muito distintas da idéia de unipolaridade.
- <sup>4</sup> Estou deliberadamente evitando aqui o debate unipolaridade *versus* hegemonia, de que trato em Diniz (2004), optando pela abordagem de Wohlforth (1999, 2002). Basicamente, para Mearsheimer, uma balança hegemônica se caracteriza pela presença de um Estado tão poderoso que domina todos os outros Estados no sistema, em essência, a única grande potência no sistema. O termo *hegêmona* adquire aqui então um significado muito preciso. É mister ter claro, portanto, que um Estado, mesmo substancialmente mais poderoso que os demais, não é uma potência hegemônica, não é um hegêmona, se enfrenta outras grandes potências. Note-se que esse atributo é, na verdade, bem mais exigente que o estabelecido por Wohlforth para uma balança unipolar — que não supõe que o único pólo do sistema domine todos os demais (ver Diniz, 2004). Para uma outra visão de “unipolaridade sem hegemonia”, ver Wilkinson (1999).
- <sup>5</sup> Não se pode inferir que a unipolaridade signifique o fim de todos os conflitos ou que se espere que os Estados Unidos alcancem seus interesses em todas as questões em todos os momentos.
- <sup>6</sup> Para uma visão distinta da dinâmica da unipolaridade, ver Layne (1993). Para uma visão mais centrada em aspectos políticos da unipolaridade atual e menos nos aspectos estruturais da unipolaridade, ver Krauthammer (1990-1991, 2002-2003). Para um contraponto, caracterizando a situação atual como “uni-multipolaridade”, ver Huntington (1999).
- <sup>7</sup> Esse ponto é aludido, de passagem, em Allin, Gordon e O’Hanlon (2003: 12). Existe algum paralelismo entre o argumento apresentado aqui e a noção de “multilateralismo coercitivo” exposta por Keohane (2002), embora não se trate da mesma coisa, de forma alguma. A discussão aqui apresentada guarda ainda semelhança com a feita por Martin, quando argumenta a respeito do multilateralismo em situações de *suasion*. Ela observa corretamente que: “*No geral, crises em situações de suasion tipicamente decorrerão de mudanças na balança de poder*” (Martin, 1992: 791) [tradução livre]. Entretanto, ela explora a situação em que há um *enfraquecimento relativo* da principal potência. A situação que analisamos, porém, tem a ver com um *fortalecimento relativo* da principal potência — daí algumas diferenças que aparecem em nossa análise com relação à dela. A análise feita aqui se beneficiaria enormemente de uma discussão ainda mais formal — até onde saibamos, ainda não disponível na literatura.
- <sup>8</sup> Esse ponto foi argumentado em Olson e Zeckhauser (1966).
- <sup>9</sup> Cabe uma ressalva. Esse último tipo particular de incentivo à *manutenção* de uma aliança só existirá quando *duas condições estiverem simultaneamente presentes*: (a) o sistema *unipolar* tiver sido *precedido* por um sistema *bipolar*, em que as alianças entre potências menores e um pólo são constituídas a partir da ameaça representada pelo outro pólo e são necessariamente mais rígidas e duradouras, conforme argumentado por Waltz (1979) e por Snyder, (1984); (b) a potência unipolar tiver sido um dos pólos do sistema bipolar precedente; (c) o núcleo central da aliança tiver sido construído durante o sistema bipolar precedente. Na ausência de qualquer uma dessas condições, a dinâmica da balança de poder regional tenderá a impedir a formação dessa aliança no interior de um sistema unipolar — a não ser por imposição da potência unipolar.
- <sup>10</sup> Note-se que esse fenômeno pode estar sofrendo alterações que, sem embargo, tendem a ser favoráveis, e não prejudiciais, aos interesses estadunidenses e que já podem ser um resultado dos últimos acontecimentos; voltar-se-á a isso mais tarde. A literatura sobre a relação entre os EUA e os países europeus no âmbito da OTAN após o fim da Guerra Fria é bastante grande. Apenas para se dar alguma idéia do debate, ver Diniz (2003); Duffield (1994-1995); Glaser (1993); Haftendorn (1997); Mearsheimer (1990); Wallander (1999); Waltz (1993, 2000).
- <sup>11</sup> Trata-se de uma interpretação do autor, mas as evidências apontam claramente para o fato de que, particularmente para os principais responsáveis por formulação de políticas do Departamento de Estado e do Departamento de Defesa, até 2001, essas agendas estavam separadas. A título de ilustração, ver Mann (2004).
- <sup>12</sup> Ver Bush (2002a, 2002b).
- <sup>13</sup> A distinção entre *preemption* e *prevention* geralmente está relacionada à iminência ou não de uma suposta ação por parte de um oponente. Muitas vezes, chega-se, por razões diversas, a distinções um

tanto arbitrárias que levam a conclusões bastante discutíveis. Por exemplo, Reiter (1995) define “guerra preemptiva” como aquela que “[...] *irrompe primariamente porque o atacante sente que ele próprio será o alvo de uma ação militar no curto prazo*” (Reiter, 1995: 6) [tradução nossa], ao passo que o termo “guerra preventiva” designaria uma guerra que “[...] *começa quando um estado ataca porque sente que no longo prazo (geralmente poucos anos adiante) ele será atacado ou padecerá de uma crescente inferioridade estratégica relativa*” (Reiter, 1995: 6-7) [tradução nossa]. Adotando, a partir daí, o critério de que uma guerra será preemptiva se “[...] *a motivação primária para um ataque for que o atacante pensa que seu alvo atacaria primeiro em até 60 dias*” (Reiter, 1995: 13) [tradução nossa] e baseando-se no banco de dados do Projeto *Correlates of War* (COW) – que, por sua vez, considera “guerra” apenas quando o número de mortos é superior a 1.000 (mil); do contrário, tratar-se-á de uma “disputa militarizada” –, Reiter conclui que guerras preemptivas quase nunca ocorrem, o que enfraqueceria a capacidade preditiva da teoria do balanço ataque-defesa, refutaria o modelo da espiral como explicação das causas da guerra e finalmente, portanto, demonstraria que fatores estruturais seriam insuficientes para a predição de conseqüências na política internacional (ver Reiter, 1995: 33). Para uma argumentação mais consistente e bastante convincente ao caracterizar a proposta da *National Security Strategy* de 2002 como de ação preventiva e não preemptiva, ver Freedman (2003).

14 Iraq Survey Group (2004a: “Chemical” 2); Iraq Survey Group (2004d: 25).

15 Ver *Central Intelligence Agency* (2002); *British Government* (2002); Beltran (2002); El Khatib (2002). Ao contrário dos EUA e do Reino Unido, a França não divulgou oficialmente as avaliações de seus serviços de inteligência.

16 Ver, por exemplo, Albright (1998); Albright e Hinderstein (2002); Chipman (2002); Cirincione et al. (2002); Hinderstein e Albright (2002); Kay (1998); Kelly (2003a, 2003b); Samore (2003); Tucker (1996).

17 Houve um dentre os antigos inspetores que emitiu uma nota dissonante. Trata-se de Scott Ritter, que, antes da guerra, afirmara:

“Por volta de 1998, podia-se afirmar com segurança que o Iraque fora desarmado até o ponto em que ele não representavam mais uma ameaça no que se referia a seus recursos de ADMs e, dada a alta qualidade das inspeções de monitoramento e verificação então em curso, qualquer tentativa do Iraque de reconstruir seus programas de ADM não passaria despercebida.

“Infelizmente, a UNSCOM, sob pressão dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha para não aceitar nada menos que 100 por cento de aceitação [*compliance*] do Iraque e sob a direção de um novo chefe [*Executive Chairman*], Richard Butler [...], não reconheceu os resultados consideráveis em termos de desarmamento que haviam sido obtidos” (Ritter, 2001: 32). [tradução nossa]

Note-se que Ritter afirma que *essa conclusão já estaria clara em 1998*: é isso o que ele afirma na citação acima, e que é coerente com todo o restante do texto citado e de várias outras de suas declarações nessa época. A respeito, veja-se ainda Ritter (2002). Para um comentário crítico, veja-se Hayes (2002). O problema é como reconciliar o dito acima com o depoimento do próprio Major Ritter ao Senado dos EUA, em 3 de setembro de 1998, onde se lê:

“O Iraque hoje não está desarmado e permanece uma feia ameaça a seus vizinhos e à paz mundial. Os americanos que pensam que isso é importante e que algo deve ser feito sobre isso têm que estar profundamente desapontados com nossa liderança. Eu estou hoje aqui para fornecer-lhes detalhes específicos sobre a abrangência e a natureza da interferência dessa administração sobre a UNSCOM, o efeito debilitador que tal interferência tem sobre a capacidade da UNSCOM de prosseguir em sua missão de desarmamento do Iraque e apelar à Administração e ao Senado para que trabalhem juntos para fazer a política da América para o Iraque voltar ao que fora no passado: pleno atendimento [*full compliance*] com o estabelecido nas resoluções do Conselho de Segurança, incluindo viabilizar a continuidade da UNSCOM em sua missão de desarmamento de maneira irrestrita e desimpedida. Somente com o restabelecimento de tal política, claramente afirmada e resolutamente implementada, os Estados Unidos têm alguma chance de retomar seu papel de liderança na supervisão do desarmamento efetivo e verificável do Iraque, de tal modo que nem nós nem os vizinhos do Iraque no Oriente Médio sejam ameaçados pelas armas nucleares, químicas ou biológicas de Saddam Hussein ou pelos mísseis balísticos de longo alcance capazes de lançar [*delivering*] tais armas.” (Ritter, 1998a). [tradução nossa]

Ou então com o artigo publicado por ele em dezembro de 1998, onde se lê:

“Mesmo hoje, o Iraque não está nem perto de desarmado. A UNSCOM não tem uma declaração completa do Iraque referente a suas capacidades proibidas, o que torna intrinsecamente especulativo qualquer pronunciamento acerca da extensão da retenção pelo Iraque de seu arsenal proscrito. Mas, com base em inteligência de alta credibilidade, a UNSCOM suspeita que o Iraque ainda tem agentes biológicos como antraz, toxina de botulina e clostrídio em quantidade suficiente para encher várias dúzias de bombas e ogivas de mísseis balísticos, bem como os meios de continuar produzindo esses agentes letais. O Iraque provavelmente retém várias toneladas da altamente tóxica substância VX, bem como sarin e gás mostarda. Esse agente está armazenado em projéteis de artilharia, bombas, e ogivas de mísseis balísticos. E o Iraque retém infra-estrutura industrial de uso dual significativa, que pode ser usada para rapidamente retomar a produção de armas químicas em escala industrial” (Ritter, 1998b) [tradução nossa]. A respeito, ver Beals (1998); Hopkins (1998); Human Events (1998); Landay (1998); Omestad e Fasulo (1998); Ritter (1999).

Ritter jamais apresenta qualquer justificativa para sua drástica mudança de posição, que ocorreu por volta de 2000. A respeito, ver Debre (2000), em que aparecem os primeiros sinais de mudança de posição. Simplesmente, de uma hora para outra, ele subitamente muda sua avaliação dramaticamente. Em tese, não há problema algum em se mudar de opinião. Só que ele fica a nos dever qual foi o fator – novas informações, mudança na situação, ou algo parecido – que obrigou a uma mudança tão drástica e igualmente enfática de posição.

Há outros pontos no artigo de 2001 que deixam muito a desejar. Por exemplo, o Major Ritter menciona, como evidência a apoiar sua nova tese, que o ex-chefe da UNSCOM, Rolf Ekeus, teria admitido que, por volta de 1995, o Iraque teria sido “fundamentalmente desarmado”, tendo sobrado apenas algumas perguntas. De fato, o embaixador Ekeus fez essa declaração. Porém, depois disso, a deserção do General Hussein Kamel al-Majid levou a uma avalanche de novas declarações por parte do Iraque e a novas descobertas por parte da UNSCOM quanto à extensão dos programas iraquianos e quanto ao insucesso da UNSCOM em descobri-lo. Sobre esse ponto, ver Tucker (1996); Kay (1998); Albright (1998), por exemplo.

18 Há quem duvide que isso seria politicamente possível após tanto tempo de sanções. Entretanto, a Líbia deixou de ser um pária internacional em aproximadamente um ano, após desfazer-se de seus programas de armas de destruição em massa.

19 Ver, por exemplo, Bartis (2003); Maugeri (2003); Noël (2002, 2003); Taylor (2003). Para a posição contrária, ver, por exemplo, Boniface (2002) e Klare (2003). Nada disso implica supor que, após a guerra, tendo em vista o fato consumado da modificação do *status quo*, aí sim as empresas americanas, britânicas e de outros membros da coalizão não seriam privilegiadas, ou negar que isso fosse possível.

20 Retorna-se a esse ponto mais abaixo, porque esse é um dos impactos mais importantes e, ao mesmo tempo, menos percebidos da guerra até agora.

21 Isso não significa que não possa haver desdobramentos políticos desfavoráveis a Israel na região; apenas que, neste momento, Israel está, do ponto de vista estratégico, em boas condições para enfrentá-los. Sobre a segurança de Israel, a barreira de segurança e o impacto da Guerra do Iraque na equação estratégica israelense, ver Amidror (2004, 2005); Halim (2004); Horovitz (2005); *International Court of Justice* (2004); *Israel Ministry of Foreign Affairs* (2004); Luft (2004); Makovsky (2004a; 2004b); O'Neill (1994); Rynhold (2004); Spyer (2005).

22 Não basta ser capaz de produzir um artefato nuclear. É necessário solucionar problemas de engenharia e operacionais significativos, como torná-lo compatível com a sua instalação em ogivas; ser capaz de proteger-se contra um ataque de neutralização de seus sistemas de lançamento – o que implica alto grau de dispersão e, portanto, complica e aumenta os custos de dispor de capacidade de alerta antecipado e de proteger essa capacidade de alerta; manter uma capacidade de retaliação – pois, do contrário, a credibilidade de uma ameaça de utilização de qualquer artefato nuclear se torna muito baixa; e todas as minuciosas providências que tudo isso implica. Esses são apenas alguns exemplos.

23 Ver Bush (2004). Alguns temas colocados pelo Presidente Bush apareceram também na exposição do Diretor Geral da AIEA, Mohammed El-Baradei, ao *International Institute for Strategic Studies*, em

- Londres. Não se pode dizer, entretanto, que haja uma perfeita congruência entre ambos nessa matéria. A respeito, ver El-Baradei (2005).
- 24 Na verdade, tratar-se-ia mais precisamente de um tratado de pretensões constitucionais. A respeito, ver Dawood (2005).
- 25 Ver nota anterior.
- 26 O curioso nisso é que esse resultado parece não ter sido antecipado nem buscado conscientemente.

## Referências Bibliográficas

- ALBRIGHT, David (1998), “Masters of Deception”. *Bulletin of the Atomic Scientists*, vol. 54, nº 3, May/June, [www.thebulletin.org/issues/1998/mj98/mj98albright.html](http://www.thebulletin.org/issues/1998/mj98/mj98albright.html), acesso em 12 de janeiro de 2003.
- \_\_\_\_\_ e HINDERSTEIN, Corey (2002), *Now for the Hard Part: Implementing Strengthened Inspections in Iraq*, [www.isis-online.org](http://www.isis-online.org), acesso em 14 de janeiro de 2003.
- ALLIN, Dana H., GORDON, Phillip H. e O’HANLON, Michael E. (2003), “The Democratic Party and Foreign Policy”. *World Policy Journal*, (Spring), pp. 7-16.
- AMIDROR, Yaakov (2004), *Israel’s Security: The Hard-Learned Lessons*, [www.washingtoninstitute.org/templateC06.php?CID=384](http://www.washingtoninstitute.org/templateC06.php?CID=384), acesso em 28 de abril de 2004 [publicado originalmente em *Middle East Quarterly*, Winter, 2004].
- \_\_\_\_\_. (2005), *Israel’s Requirements for Defensible Borders: the Military-Strategic Perspective*, [www.defensibleborders.org](http://www.defensibleborders.org), acesso em 29 de julho de 2005
- ANNAN, Kofi (2005), *In Larger Freedom: Towards Development, Security and Human Rights for All. Report of the Secretary General*, [www.un.org](http://www.un.org), acesso em 21 de março de 2005.
- ARON, Raymond (1962), *Paix et Guerre entre les Nations*. Paris, Calmann-Levy.
- BARTIS, James T. (2003), “Iraqi Oil and the Global Economy”. *Rand Corporation*, [www.rand.org](http://www.rand.org), acesso em 10 de janeiro de 2003
- BEALS, Gregory (1998), “All our Hard Work is for Naught”. *Newsweek*, vol. 132, nº 10, 7 de setembro de 1998, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- BONIFACE, Pascal (2002), “États-Unis: Objectif Pétrole”. *Institut des Relations Internationales et Stratégiques*, [www.iris.org](http://www.iris.org), acesso em 26 de janeiro de 2003.
- BRIGAGÃO, Clóvis e PROENÇA JR., Domício (2002), *Concertação Múltipla: a Inserção Internacional de Segurança do Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- BUSH, George W. (2002a), *State of the Union Address*. White House, January 29, [www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html), acesso em 15 de abril de 2003.
- \_\_\_\_\_. (2002b), *The National Security Strategy of the United States of America*. White House, September 17, [www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf](http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.pdf), acesso em 22 de setembro de 2002.
- \_\_\_\_\_. (2004), *President Announces New Measures to Counter the Threat of WMD. Remarks by the President on Weapons of Mass Destruction Proliferation*. White House, February 11, [www.whitehouse.gov/news/releases/2004/02/print/20040211-4.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2004/02/print/20040211-4.html), acesso em 24 de agosto de 2004.
- CHIPMAN, John (2002), *Iraq’s Weapons of Mass Destruction: a Net Assessment- Statement by IISS Director*. London, International Institute for Strategic Studies – IISS, [www.iiss.org](http://www.iiss.org), acesso em 12 de setembro de 2002.
- CIRINCIONE, Joseph (2002), “Iraq”, in Joseph Cirincione. *Deadly Arsenals*. Carnegie Endowment for International Peace, [www.ceip.org/files/projects/npp/resources/DeadlyArsenals/chapters%20\(pdf\)/16-Iraq.pdf](http://www.ceip.org/files/projects/npp/resources/DeadlyArsenals/chapters%20(pdf)/16-Iraq.pdf), acesso em 13 de outubro de 2003.

- DAWOOD, Layla (2005), "Referendos Populares na Europa: Ratificação de Uma Constituição Européia?" *Conjuntura Internacional Pucminas*, 8 de abril, <http://producao.volo.com.br/ri/conjuntura/analises/338.html>, acesso em 14 de abril de 2005.
- DEBRE, Guillaume (2000), "U.N.'s Resolution to Inspect Iraqi Weapons seen as Futile". *Christian Science Monitor*, vol. 92, nº 184, 14 de agosto, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- DINIZ, Eugenio (2003), "Realismo, Institucionalismo Liberal e a Inserção Internacional do Brasil: Uma Agenda de Pesquisa Empírica", in Esteves, Paulo Luiz (org.). (2003), pp. 133-168.
- \_\_\_\_\_. (2004), "Considerações sobre a Relevância de Relacionamentos Multilaterais na Unipolaridade". *Paper* apresentado ao 4º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Rio de Janeiro, [www.cienciapolitica.org.br/RI5-Eug%eanio\\_Diniz.pdf](http://www.cienciapolitica.org.br/RI5-Eug%eanio_Diniz.pdf), acesso em 21 de março de 2005.
- DUFFIELD, John S. (1994-1995), "Nato's Functions after the Cold War". *Political Science Quarterly*, vol. 109, nº 5, pp. 763-787.
- ELBARADEI, Mohamed (2005), *Reflections on Nuclear Challenges Today (Alistair Buchan Lecture)*. International Institute for Strategic Studies, December 6th, [www.iiss.org](http://www.iiss.org), acesso em 14 de dezembro de 2005.
- ESTEVES, Paulo Luiz (org.) (2003), *Instituições Internacionais: Segurança, Comércio e Integração*. Belo Horizonte, Editora Pucminas.
- FREEDMAN, Lawrence (2003), "Prevention, Not Preemption". *Washington Quarterly*, vol. 26, nº 2, Spring, pp. 105-114, acesso via base de dados Muse em 29 de maio de 2005.
- GLASER, Charles L. (1993), "Why Nato is Still Best: Future Security Arrangements for Europe". *International Security*, vol. 18, nº 1, Summer, pp. 5-50.
- HAFTELDORN, Helga (1997), *The Post-Cold War Transformation of the Atlantic Alliance (The Madeleine Feher European Scholar Lecture)*. The Begin-Sadat Center, University of Bar-Ilan, [www.biu.ac.il/SOC/besa/books/mfa1.html](http://www.biu.ac.il/SOC/besa/books/mfa1.html), acesso em 3 de abril de 2002.
- HALIM, Ahmad Abdel (2004), "The New 'New World Order': Regional Security after Iraq". *Palestine-Israel Journal of Politics, Economics and Culture*, vol. 11, nº 1, pp. 11-15, acesso via Base de Dados Ebsco em 8 de agosto de 2004.
- HAYES, Stephen F. (2002), "Saddam Hussein's Iraq: Not a Threat? Scott Ritter Goes Once More unto the Breach on Behalf of Saddam Hussein". *Daily Stand*, 16 de maio, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- HINDERSTEIN, Corey e ALBRIGHT, David (2002), *Back to Basics: Achieving Effective Inspections in Iraq*. 16 de setembro, [www.isis-online.org](http://www.isis-online.org), acesso em 14 de janeiro de 2003.
- HOPKINS, Kara (1998), "Clinton deceived Americans, not Saddam, on Iraq Policy: Administration Publicly Threatens War, Privately Appeases Saddam". *Human Events*, vol. 54, nº 35, 18 de setembro, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- HOROVITZ, David (2005). "Editor's Notes: The Barrier Comes of Age". *Jerusalem Post Online Edition*, 8 de abril, [www.jpost.com](http://www.jpost.com), acesso em 12 de abril de 2005.
- HUMAN EVENTS (1998), "Ritter: Clinton Wagged the Dog". *Human Events*, vol. 54, nº 49, 25 de dezembro, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1999), "The Lonely Superpower", *Foreign Affairs*, vol. 78, nº 2, March/April, pp. 35-49.
- IKENBERRY, John (ed.) (2002), *America Unrivaled: the Future of the Balance of Power*. Ithaca, Cornell University Press.
- INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (2004), *Legal Consequences of The Construction of A Wall in The Occupied Palestinian Territory*, [www.icj-cij.org](http://www.icj-cij.org), acesso em 20 de julho de 2004.
- IRAQ SURVEY GROUP (2004), *Comprehensive Report of the Special Advisor to the DCI on Iraq's WMD*. 30 de setembro, [www.cia.gov/cia/reports/iraq\\_wmd\\_2004](http://www.cia.gov/cia/reports/iraq_wmd_2004), acesso em 6 de outubro de 2004.

- ISRAEL MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS (2004), *Four years of Conflict: Israel's War Against Terrorism*. [www.mfa.gov.il](http://www.mfa.gov.il), acesso em 4 de novembro de 2004.
- KAY, David (1998), "Statement of Dr. David Kay, Vice-President and Director of the Center for Counterterrorism, SAIC, and former UNSCOM nuclear inspector, McLean, VA", in UNITED STATES SENATE (1998), *Iraq: Are Sanctions Collapsing? Joint Hearing before the Committee on Foreign Relations- United States Senate and Committee on Energy and Natural Resources- United States Senate*. May 21. Washington (D.C.), United States Government Printing Office, pp. 34-41, [http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=105\\_senate\\_hearings&docid=f:49526.pdf](http://frwebgate.access.gpo.gov/cgi-bin/getdoc.cgi?dbname=105_senate_hearings&docid=f:49526.pdf), acesso em 14 de julho de 2003.
- \_\_\_\_\_. (2003), "Statement by David Kay on the Interim Progress Report on the Activities of the Iraq Survey Group (ISG) before the House Permanent Select Committee on Intelligence, the House Committee on Appropriations, Subcommittee on Defense, and the Senate Select Committee on Intelligence", October 2, [www.cia.gov/cia/public\\_affairs/speeches/2003/david\\_kay\\_10022003.html](http://www.cia.gov/cia/public_affairs/speeches/2003/david_kay_10022003.html), acesso em 2 de outubro de 2003.
- KELLY, David (2003a), *Oral Evidence Taken before the Foreign Affairs Committee on Tuesday 15 July 2003*. United Kingdom Parliament, [www.publications.parliament.uk/pa/cm200203/cmselect/cmffaff/uc1025-i/uc102502.htm](http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200203/cmselect/cmffaff/uc1025-i/uc102502.htm) Acesso em 21 de julho de 2003.
- \_\_\_\_\_. (2003b), "Only Regime Change will Avert the Threat". *Guardian Unlimited*, 31 de agosto, [www.guardian.co.uk](http://www.guardian.co.uk), acesso em 9 de setembro de 2003.
- KEOHANE, Robert O. (2002), "Multilateral Coercive Diplomacy: Not 'Myths of Empire'". *CIAO Working Paper*, November, [http://www.ciaonet.org/special\\_section/iraq/papers/ker02/ker02.html](http://www.ciaonet.org/special_section/iraq/papers/ker02/ker02.html), acesso em 27 de fevereiro de 2003.
- \_\_\_\_\_. e WALLANDER, Celeste A.; HAFTENDORN, Helga (eds.). (1999), *Imperfect Unions: Security Institutions over Time and Space*. New York, Oxford University Press.
- KLARE, Michael T. (2003), "The Coming War With Iraq: Deciphering the Bush Administration's Motives". *Foreign Policy in Focus*, January 16, [www.fpif.org](http://www.fpif.org), acesso em 26 de janeiro de 2003
- KRAUTHAMMER, Charles. (1990-1991), "The Unipolar Moment". *Foreign Affairs*, vol. 70, nº 1, pp. 23-33.
- \_\_\_\_\_. (2002-2003), "The Unipolar Moment Revisited". *The National Interest*, Winter, pp. 5-17.
- LANDAY, Jonathan S. (1998), "Weapons Showdown Goes Beyond Iraq". *Christian Science Monitor*, vol. 90, nº 208, 21 de setembro, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- LAYNE, Christopher (1993), "The Unipolar Illusion: why Great Powers will rise". *International Security*, vol. 17, nº 4, Spring, pp. 5-51.
- LUFT, Gal (2004), "All Quiet on the Eastern Front? Israel's National Security Doctrine After the Fall of Saddam". Analysis Paper Number 2, March (The Saban Center For Middle East Policy At The Brookings Institution), [www.brookings.edu](http://www.brookings.edu), acesso em 17 de abril de 2004.
- MAKOVSKY, David (2004a), "A Fence that Works", [www.washingtoninstitute.org](http://www.washingtoninstitute.org), acesso em 28 de abril de 2004 [Originalmente publicado em *Los Angeles Times*, 24 de fevereiro de 2004].
- \_\_\_\_\_. (2004b), "How to Build a Fence". *Foreign Affairs*, vol. 83, nº 2, março/abril, pp. 50-64, acesso via Base de Dados Ebsco em 17 de abril de 2004.
- MANN, James (2004), *Rise of the Vulcans: The History of Bush's War Cabinet*. New York, Viking Penguin.
- MARTIN, Lisa L. (1992), "Interests, Power and Multilateralism". *International Organization*, vol. 46 nº 4, Autumn, pp. 765-792.
- MASTANDUNO, Michael (1999), "Preserving the Unipolar Moment: Realist Theories and US Grand Strategy after the Cold War", in Kapstein, Ethan e Mastanduno, Michael (eds.) *Unipolar Politics: Realism and State Strategies after the Cold War*. New York, Columbia University Press, pp. 138-181.

- MAUGERI, Leonardo (2003), "Not in Oil's Name". *Foreign Affairs*, vol. 82, n° 4, July/August, pp. 165-174.
- MEARSHEIMER, John J. (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*. New York, W.W. Norton.
- \_\_\_\_\_. (1990), "Back to the Future". *International Security*, vol. 15, n° 1, Summer, pp. 5-56.
- \_\_\_\_\_. (1994-1995), "The False Promise of International Institutions". *International Security*, vol. 19, n° 3, Winter, pp. 5-49.
- MURRAY, Douglas J. e VIOTTI, Paul R. (eds.) (1994), *The Defense Policies of Nations: a Comparative Study*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- NOËL, Pierre (2002), *Les Etats-Unis Face à Leur Dépendance Pétrolière*. Institut Français des Relations Internationales, www.ifri.org, acesso em 16 de janeiro de 2003.
- \_\_\_\_\_. (2003), *L'Amérique et le Pétrole Irakien*. Institut Français des Relations Internationales. Disponível em www.ifri.org, acesso em 17 de março de 2003
- O'NEILL, Bard E. (1994), "Israel", in Murray, Douglas e Viotti, Paul R. (1994), pp. 497-541
- OLSON JR, Mancur e ZECKHAUSER, Richard (1966), "An Economic Theory of Alliances". *The Review of Economic and Statistics*, vol. 48, n° 3, August, pp. 266-279.
- OMESTAD, Thomas e FASULO, Linda (1998), "Sounding Retreat on Saddam Hussein?". *U.S. News & World Report*, vol. 125, n° 9, Acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- POSEN, Barry R. (2003), "Command of the Commons: the Military Foundations of U.S. Hegemony". *International Security*, vol. 28, n° 1, pp. 5-46.
- \_\_\_\_\_, ROSS e Andrew L. (1996-1997), "Competing Visions for U.S. Grand Strategy". *International Security*, vol. 21, n° 3 (Winter), pp. 5-53.
- PROENÇA Jr., Domicio, DINIZ, Eugenio e RAZA, Salvador Ghelfi (1999), *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- PUTNAM, Robert D. (1988), "Diplomacy and Domestic Politics: the Analysis of Two-Level Games". *International Organization*, vol. 42, n° 3, pp. 427-460.
- REITER, Dan (1995), "Exploding the Powder Keg Myth: Preemptive Wars Almost Never Happen". *International Security*, vol. 20, n° 2, pp. 5-34, Acesso via base de dados JSTOR em 31 de julho de 2001.
- RITTER, Scott (1998a), *Testimony of Scott Ritter, former UNSCOM Inspector, before the U.S. Senate*, www.ceip.org/programs/npp/ritter.htm.. Acesso em 14 de julho de 2003.
- \_\_\_\_\_. (1998b), "Saddam's Trap". *New Republic*, vol. 219, n° 25, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- \_\_\_\_\_. (1999), "Secrets and Spies". *New Internationalist*, n° 316, setembro, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- \_\_\_\_\_. (2001), "The Saddam Trap: Lessons in Failed Foreign Policies". *Harvard International Review* (Winter), pp. 28-32.
- \_\_\_\_\_. (2002), "Inspections: the Record". Excerpts of Interview with William Rivers Pitt. *Nation*, vol. 275, n° 13, October 21, acesso eletrônico via base de dados EBSCO em 14 de julho de 2003.
- RYNHOLD, Jonathan (2004), "Israel's Fence: Can Separation Make Better Neighbours?" *Survival* vol. 46, n° 1, Spring, pp. 55-76.
- SAMORE, Gary (2003), *Oral evidence Taken before the Foreign Affairs Committee on Tuesday 17 June 2003*, www.publications.parliament.uk, acesso em 22 de julho de 2003.
- SCHWELLER, Randall L. (1997), "New Realist Research on Alliances: Refining, Not Refuting, Waltz's Balancing Proposition". *American Political Science Review*, vol. 91, n° 4, Dec. 1997, pp. 927-930
- \_\_\_\_\_. (1998), *Deadly imbalances: Tripolarity and Hitler's strategy of world conquest*. New York, Columbia University Press.

- SNYDER, Glenn H. (1984), "The Security Dilemma in Alliance Politics". *World Politics*, vol. 36, n° 4, pp. 461-495.
- SPYER, Jonathan 2005. "The Impact of the Iraq War on Israel's National Security Conception". *Middle East Review of International Affairs*, vol. 9, n° 4, December, pp. 34-47, <http://meria.idc.ac.il/journal/2005/issue4/Spyer%20pdf.pdf>, acesso em 7 de dezembro de 2005.
- TAYLOR, John (2003), "Jerry Taylor discusses 'Blood for Oil'", [http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/middle\\_east/2861721.stm](http://news.bbc.co.uk/1/hi/world/middle_east/2861721.stm), acesso em 30 de setembro de 2003.
- TUCKER, Jonathan B. (1996), "Monitoring and Verification in a Noncooperative Environment: Lessons from the U.N. Experience in Iraq". *The Nonproliferation Review*, Spring-Summer, pp. 1-14.
- UNITED NATIONS (2004), *A More Secure World: Our Shared Responsibility. Report of the Secretary General's High-Level Panel on Threats, Challenges and Change*, [www.un.org](http://www.un.org), acesso em 7 de dezembro de 2004.
- WALLANDER, Celeste A. (2000), "Institutional assets and adaptability: NATO after the Cold War". *International Organization*, vol. 54, n° 4, Autumn, pp. 705-735.
- WALT, Stephen M. (1987), *The Origins of Alliances*. Ithaca (NY), Cornell University Press.
- WALTZ, Kenneth N. (1959), *Man, the State and War*. New York, Columbia University Press.
- \_\_\_\_\_. (1979), *Theory of International Politics*. New York, McGraw-Hill.
- \_\_\_\_\_. (1993), "The Emerging Structure of International Politics", *International Security*, vol. 18, n° 2, Autumn, pp. 44-79.
- \_\_\_\_\_. (2000), "Structural realism after the Cold War", *International Security*, vol. 25, n° 1, Summer, pp. 5-41.
- WILKINSON, David (1999), "Unipolarity without Hegemony". *International Studies Review*, vol. 1, n° 2, Summer, pp. 141-172.
- WOHLFORTH, William (1999), "The Stability of a Unipolar World". *International Security*, vol. 24, n° 1, Summer, pp. 5-41.
- \_\_\_\_\_. (2002), "U.S. Strategy in a Unipolar World" in Ikenberry, John (2002), pp. 98-118.

## Resumo

O objetivo do presente artigo é realizar uma avaliação preliminar sobre o impacto e os possíveis desdobramentos da Guerra do Iraque, que teve início em março 2003, situando-a no quadro geral da política internacional contemporânea. A avaliação realizada baseia-se no Realismo Ofensivo, abordagem que considera que as características da política internacional num dado momento dependem fundamentalmente da balança de poder, ou seja, da distribuição de recursos entre os principais atores de um dado sistema internacional. Esses recursos são entendidos fundamentalmente como capacidade bélica, em primeiro lugar, e econômica, em segundo lugar. A distribuição de poder, por sua vez, é considerada dos pontos de vista global (sistêmico) e regionais.

## Abstract

The main objective of the present article is to make a preliminary evaluation about the impacts and possible developments of the Iraq War, which began in March of 2003, placing it in the contemporary international politics framework. The evaluation made is based on Offensive Realism, an approach which considers that the characteristics of international politics in a given time fundamentally depend upon the balance of power, that is, the distribution of resources between the main actors of a given international system. These resources are basically understood as military capacity, in the first place, and economic capabilities, in the second place. The power distribution, by its turn, is considered from the global (systemic) or regional points of view.